

Senhor Vice-Governador do Banco de Moçambique, Excelência

Senhor Presidente do INE, Excelência

Senhores Antigos Governadores do Banco de Moçambique, Excelências;

Senhores Membros do Conselho de Administração do Banco de Moçambique;

Senhores Presidentes dos Conselhos de Administração de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;

Senhores Presidentes de Comissões Executivas de Instituições Financeiras;

Senhores Membros do Conselho de Auditoria do Banco de Moçambique;

Caros Directores, Assistentes de Direcção e Gestores do Banco de Moçambique;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras; e

Meus Senhores.

É com renovada honra que vos acolhemos nesta casa, para o habitual encontro de balanço preliminar do exercício económico e financeiro que está prestes a findar e de apresentação das nossas perspectivas para o próximo ano e das principais linhas de política monetária atinentes à consecução dos objectivos de política económica e financeira traçados pelo Governo de Moçambique.

*Introdução e
Saudações*

Quero, em primeiro lugar, em nome do Conselho de Administração e em meu nome pessoal, agradecer a vossa presença nesta cerimónia e aproveitar esta ocasião para expressar o nosso reconhecimento a todos os parceiros, nomeadamente instituições de crédito e sociedades financeiras que operam no país, associações económicas e sócio-profissionais, sindicatos, comunidade académica, parceiros de cooperação internacional e os órgãos de comunicação social, cuja colaboração em muito tem contribuído para o cumprimento da nossa missão.

Permitam-me que enderece uma saudação especial ao nosso Governo pelas importantes medidas e acções levadas a cabo ao longo do presente ano nos vários domínios da actividade, nomeadamente a consolidação da

cultura de paz e tolerância, os inúmeros actos para reforçar a credibilidade do país em África e no mundo, as medidas sociais e económicas visando aliviar o sofrimento de milhares de compatriotas nossos afectados por calamidades naturais ou pelos efeitos da crise económica e financeira que marca a conjuntura mundial, a orientação estratégica para que os investimentos públicos e as parcerias público-privadas catapultem a infra-estruturação do país, as reformas empreendidas para atrair novos investimentos, nacionais e estrangeiros, e a atenção que tem prestado ao complexo processo de exploração do enorme potencial de recursos naturais de que o país dispõe, visando acelerar a marcha do nosso desenvolvimento, promovendo um crescimento económico rápido, robusto e inclusivo.

No presente ano, o esforço colectivo de milhões de moçambicanas e moçambicanos e o empenho das suas instituições voltaram a ser apreciados positivamente pelas instituições financeiras internacionais que monitoram o programa económico e financeiro que Moçambique mantém com as mesmas, no quadro da nossa participação no Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Islâmico, entre outras. Foram inúmeras as missões de apoio e supervisão que recebemos destas instituições, sendo de destacar as visitas da Directora-Geral do Banco Mundial, do Director Executivo da nossa constituição no FMI, e o facto de termos hospedado, pela primeira vez, uma reunião do Banco Islâmico, na sequência da indicação de um moçambicano para o seu Conselho de Administração. Fica assim demonstrado o interesse e cometimento da comunidade internacional às reformas em curso, à gestão macroeconómica e às políticas que têm sido implementadas no país, no âmbito da agenda nacional de priorizar o combate à pobreza.

Ilustres Convidados

Minhas Senhoras, e

Meus Senhores

**Desempenho da
Política Monetária
e Cambial**

Iniciámos o ano de 2011 com maiores cautelas, em face dos sinais preocupantes que a conjuntura internacional apresentava, marcados pela ressaca da perturbação patente em alguns indicadores macroeconómicos de 2010, nomeadamente, a inflação doméstica e a taxa de câmbio.

Apesar de todo aquele cenário difícil, podemos afirmar que os principais indicadores económicos do país tiveram em 2011 um desempenho satisfatório. A informação do Instituto Nacional de Estatística aponta para um crescimento do Produto Interno Bruto em torno dos 7,4% nos primeiros seis meses do ano, o que está em linha com o crescimento anual projectado. O início da exploração de mais minerais, o anúncio de novas descobertas de recursos naturais e a dinâmica que se observa em quase todos os sectores económicos, levam-nos a reconhecer as perspectivas animadoras de curto e médio prazos para a nossa economia, oportunidade singular que temos em nossas mãos para a dinamização de toda a cadeia de valor que sustente um crescimento robusto das nossas exportações, criação de emprego estável e maior independência do orçamento do Estado, instrumento fundamental que garante a prossecução da infra-estruturação do país, com plena integração do mercado interno e afirmação de Moçambique no contexto regional e da economia mundial.

Por outro lado, a inflação medida pela variação anual do Índice de Preços da Cidade de Maputo, que atingiu 16,6% no fecho de 2010, mostrou, desde Janeiro, uma tendência clara para a desaceleração, tendo recuado para 7,74% em Novembro, sucedendo o mesmo com a inflação média que baixou para 11,27% no mesmo período, após 15,37% em Abril.

A desaceleração da inflação ao longo do ano foi suportada por um Metical mais estável e apetecível nas transacções domésticas, pela maior oferta interna de frutas e vegetais, produtos com impacto considerável no comportamento deste indicador, e pela maior confiança dos agentes económicos no futuro da nossa economia.

O desempenho dos indicadores financeiros reflecte ainda o impacto das medidas correctivas que adoptámos a partir de Agosto de 2010 e que se consubstanciaram na revisão em alta das nossas taxas de juro de intervenção no Mercado Monetário Interbancário, no ajustamento do coeficiente de Reserva Obrigatória, bem assim no reforço das nossas intervenções nos mercados interbancários, sobretudo ao nível do mercado cambial, disponibilizando um volume cada vez maior de divisas, parte das quais para a cobertura de uma maior factura de importação de combustíveis líquidos e outros produtos essenciais para o funcionamento da nossa economia. Estas medidas mostraram-se necessárias para a reposição do equilíbrio macroeconómico, factor importante para que os ganhos do crescimento económico sejam mais perceptíveis e para que o país continue a atrair mais investimentos nacionais e estrangeiros, para além de ser nossa missão principal assegurar uma inflação baixa e estável, que proteja o poder de compra das famílias, sobretudo das camadas menos favorecidas do nosso vasto Moçambique.

Na semana passada, havia menos de um mês do fim do ano - em face dos resultados positivos obtidos e com base nas previsões que temos de um alinhamento da inflação com o objectivo estabelecido para 2012, sem perder de vista os riscos prevaletentes interna e externamente, aligeirámos as condições de política monetária, baixando a taxa da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 100 pb, para 15% e reduzindo o coeficiente de Reserva Obrigatória em 25 pb, para 8,5%, medidas que visam garantir a libertação de liquidez bancária, para apoiar uma maior expansão do crédito bancário ao sector privado, com taxas mais atractivas, e deste modo consolidarmos as bases do crescimento económico em curso, a geração de maior renda e a criação de novos postos de trabalho, num contexto em que precisamos de ter maiores cautelas para o efeito contágio da crise financeira internacional e das expectativas de novas restrições no acesso ao financiamento externo e ao mercado internacional.

Dados do sector monetário mostram que o saldo do crédito à economia no final do mês de Outubro foi de 94.261 milhões de Meticais, correspondente a uma expansão anual de 11.4%. Quando expurgado o efeito da apreciação do Metical sobre a componente do crédito denominada em moeda estrangeira, este indicador cresce para 17%.

A Base Monetária – variável operacional da política monetária – situou-se, em Novembro, nos 31.380,4 milhões de Meticais, correspondente a uma expansão anual de 2.8%, justificada por alterações substanciais na demanda por Notas e Moedas em Circulação e pela sua gestão mais adequada por parte das instituições de crédito, o que vai ao encontro dos nossos objectivos de massificar a utilização de meios alternativos de pagamento para a realização e liquidação das transacções, fruto do imenso investimento que está sendo realizado na modernização do sistema nacional de pagamentos e na bancarização da nossa economia e alargamento dos serviços financeiros.

Em Setembro, o saldo da conta corrente incluindo os grandes projectos deteriorou em 38% quando comparado com o período homólogo de 2010, justificado pelas despesas associadas aos investimentos que estão a ter lugar no país, sobretudo na área de exploração de recursos minerais. Quando retiradas as transacções dos grandes projectos, o défice da conta corrente melhora em 2,1% em resultado da melhoria das nossas exportações em relação ao acréscimo das importações.

A entrada de divisas que se verifica no país, seja derivada das receitas de exportação, seja de transferências privadas, empréstimos externos privados, investimento directo estrangeiro, no valor de USD 381,2 milhões, e transferências correntes unilaterais para o sector público em montantes superiores aos registados em 2010, não só propiciaram a acumulação de Reservas Internacionais Líquidas do BM num montante total de 280 milhões de USD, fazendo com que o saldo se situasse nos 2200 milhões de USD, até ao dia 15 de Dezembro, como também contribuiu para que o Banco de Moçambique vendesse menos divisas comparativamente a 2010, havendo inclusive períodos em que,

procurando atenuar a apreciação da taxa de câmbio, posicionou-se como comprador

no MCI. O total das vendas no MCI até à semana passada foi de USD 549 milhões, cerca de menos 30% relativamente a igual período de 2010, enquanto que as compras ascenderam a cerca de USD 152 milhões, representando um aumento de USD 111 milhões quando comparadas com todo o ano passado.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores

No ano prestes a findar, preparámos as condições necessárias para a implementação da nova legislação cambial. O novo normativo liberaliza por completo as transacções correntes, criando, todavia, mecanismos adequados de registo para fins de verificação e construção da balança de pagamentos. O quadro actual representa um avanço para maior celeridade das transacções que os agentes económicos realizam com o exterior e veio conformar-se com os padrões e boas práticas internacionais, facilitando a livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços.

Após um longo e aturado processo de preparação da regulamentação, a sua implementação teve como componentes fundamentais a divulgação e formação dos principais operadores cambiais, sector privado, importadores, exportadores, instituições públicas e privadas que intervêm no comércio com o exterior, empresas de consultoria comunicação social, entre outros. Foram estabelecidas plataformas de consulta e esclarecimento permanente, através de linhas dedicadas, correspondência, diversas reuniões e encontros de trabalho. Todas estas acções foram feitas de forma a atenuar potenciais impactos negativos na economia e nas expectativas dos agentes económicos e público em geral. Com o intuito de tornar cada vez mais célere a

realização das operações cambiais, onde tal se mostrou necessário, assumimos uma postura de flexibilizar a matéria procedimental, através da emissão de Avisos e Circulares.

Vale a pena lembrar que a delegação de competências aos bancos comerciais para licenciarem as transacções correntes foi em geral bem acolhida pelo público e agentes económicos.

Desde a entrada em vigor, a 11 de Julho, deste novo dispositivo, a preferência pelo uso do Metical nas transacções domésticas cresceu e consolidou-se, o mesmo acontecendo com o uso de meios electrónicos de pagamento; alternativos ao numerário. Convém realçar que, na esteira das nossas previsões, a estabilidade cambial baseada numa maior disponibilidade de divisas também se associa ao processo de implementação da nova regulamentação cambial, que prevê, entre outros, mecanismos mais céleres de pagamentos das operações com o exterior, menor circulação de moeda estrangeira sob forma de numerário no mercado doméstico e maior disponibilidade de divisas no sistema bancário.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores

O sistema financeiro moçambicano continua a fortalecer-se em termos de número, diversidade e qualidade dos serviços prestados. Com efeito, assistimos, em 2011, à entrada de duas novas instituições bancárias, elevando o total nacional para 18 bancos. Adicionalmente, entraram em funcionamento no nosso mercado financeiro mais 3 microbancos, 43 operadores de microcrédito e um número considerável de outros operadores financeiros. Registámos também a abertura de novos balcões de bancos, tendo o total em funcionamento passado de 416 em Dezembro de 2010 para 440 em 2011, cobrindo todas as capitais provinciais, municípios e um total de 58 distritos.

Importante notar que este crescimento do nosso sector financeiro ocorre num contexto em que a nível mundial a situação é caracterizada pelo encerramento e falência de inúmeras instituições financeiras. Mais ainda, a expansão em curso respeita os padrões de equilíbrio prudencial e saúde das nossas instituições, mercê do profissionalismo e responsabilidade dos gestores e colaboradores das instituições de crédito, sem descuidar a acção reguladora e a supervisão do Banco de Moçambique. Neste contexto, temos a informar que apesar da forte expansão do crédito entre 2008 e 2010, o crédito malparado no presente ano continua abaixo dos 3% e o rácio de solvabilidade mantém-se acima dos níveis mínimos exigidos pelas práticas consagradas no âmbito do Acordo de Basileia I.

A modernização do nosso sistema nacional de pagamentos continua a ser um dos principais objectivos a alcançar no curto e médio prazos, por reconhecermos que só assim poderemos ter, a breve trecho, uma maior abrangência dos serviços bancários sem, contudo, implicar necessariamente a presença física de bancos nas diversas zonas recônditas do país.

A constituição formal da Sociedade Interbancária de Serviços (SIMO) ocorrida em Junho do presente ano enquadra-se igualmente neste prisma. A sua implementação irá significar maior eficiência para os bancos na prestação dos seus serviços, uma vez servidos por uma infraestrutura tecnológica comum que permite o acesso universal a uma variedade de produtos e serviços financeiros.

Ainda na esteira da modernização do nosso sistema nacional de pagamentos, o Banco de Moçambique tem acompanhado com satisfação o crescente uso de cartões bancários no sistema financeiro moçambicano, como forma de garantir rapidez, segurança e flexibilidade na realização de diversas transacções bancárias por parte do cidadão. As tentativas de fraudes bancárias, através da utilização, em algumas ATM's, de dispositivos electrónicos de clonagem de

cartões, têm merecido uma resposta rápida e profissional por parte do Banco de Moçambique, bancos comerciais, autoridades policiais e demais parceiros do sistema bancário nacional, não se vislumbrando qualquer risco que comprometa o processo de modernização do sistema nacional de pagamentos em curso.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Distintos Convidados

A economia mundial continua a mostrar sinais de abrandamento, com previsões de crescimento moderado em 2011 e 2012, situação justificada pelo desempenho pouco animador das principais economias, que este ano, diferentemente dos anteriores, não tem sido suficientemente contrariado pelo crescimento robusto das economias emergentes, dada a crescente volatilidade e aversão ao risco por parte dos investidores.

O agravamento da crise da dívida soberana em alguns países da Zona Euro tem dominado as atenções dos mercados, sendo hoje apontada como um dos factores de propagação do risco e pessimismo quanto à efectividade das medidas de consolidação fiscal adoptadas pelas autoridades europeias.

É nesta base que as últimas projecções do *World Economic Outlook* apontam para uma revisão em baixa do crescimento económico mundial em cerca de 30pb, para 4,0%, determinada pelo abrandamento da actividade económica nas economias avançadas (EUA e Zona Euro) e emergentes (China e Índia).

Para a África Subsahariana, a mesma fonte perspectiva um aumento generalizado da produção e projecta para 2012 uma aceleração da taxa de crescimento económico em 50pb para 5,75%, o que será

acompanhado pela iminência de riscos de pressões inflacionárias ao longo de todo o ano.

A crise financeira internacional e a volatilidade dos mercados também atingem a economia moçambicana e o seu sistema financeiro. Avaliando os dados reportados a Novembro de 2011, constata-se que a carteira de aplicações das nossas reservas internacionais tem sido afectada, seja por via de oscilações cambiais pronunciadas na paridade das diversas moedas vis-à-vis o Dólar dos EUA, como por efeito da contínua queda das taxas de juro no mercado internacional, levando a que os rendimentos obtidos este ano, ainda que uma carteira maior que a de 2010, sejam ligeiramente mais baixos. Os sucessivos *downgrades* de *rating* de países e bancos têm exigido de nós uma gestão mais cautelosa, mediante a diversificação dos instrumentos e mercados de aplicação das nossas reservas e posturas mais conservadoras de exposição ao risco.

Distintos Convidados

A política monetária em 2012 continuará a respeitar os objectivos finais de política económica do Governo, que prevê uma inflação média anual de 7,2%, um crescimento do PIB de 7,5% e 4,6 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais por reservas internacionais brutas.

O objectivo intermédio da política monetária vai permitir uma expansão anual dos meios totais de pagamento (M3) em torno dos 18,9% e a possibilidade de aumento da expansão do crédito à economia até 22,2%. A base monetária – variável instrumental da política monetária – deverá ter um crescimento não superior a 17,5% e prevemos que o saldo de Reservas Internacionais Líquidas seja de USD 2,279 milhões.

Para a consecução destes objectivos, o Banco de Moçambique privilegiará o uso de instrumentos disponíveis nos mercados monetário e cambial, complementados com acções de persuasão moral e supervisão bancária às instituições de crédito.

Os nossos principais desafios resumem-se nos seguintes:

Continuar a melhorar a gestão da política monetária, reforçando a nossa capacidade de previsão e de resposta tendo em vista minimizar os riscos e incertezas da conjuntura económico-financeira e aumentar a eficácia das medidas que temos vindo a tomar;

Continuar a fortalecer o nosso papel de supervisor e regulador do sistema financeiro, através da supervisão baseada no risco;

Manter os esforços em curso visando adequar as práticas e procedimentos já em curso na região em matéria de especialidade do Banco Central;

Em parceria com as instituições de crédito, prosseguir o esforço de bancarização da economia nacional, modernização do sistema nacional de pagamentos e a busca de preçários dos serviços financeiros mais competitivos;

Perante o cenário de volatilidade a que se assiste no mercado internacional, adoptar uma postura de maior prudência na aplicação das nossas reservas internacionais, tendo em vista a redução do risco;

Em sintonia com outras instituições e organismos, continuar a incentivar a abertura de mais agências bancárias nas zonas rurais, tendo em vista a criação de um sector financeiro inclusivo, por um lado, e o aumento a captação de poupança nas zonas rurais, por outro, condição essencial para o aumento dos recursos ao dispor do sistema bancário para o financiamento do investimento no nosso país.

Na consecução dos objectivos inerentes à nossa missão de banco central, temos consciência de outras acções que exigirão da nossa parte uma atenção acrescida, incluindo a expansão física da nossa Instituição para as províncias onde não estamos representados, designadamente Gaza e Manica. Ainda nesta esteira, tendo em vista

fazer face à crescente necessidade de melhor servir o sistema financeiro, as instituições do Estado e a economia em geral, bem assim a melhoria das condições de trabalho dos nossos colaboradores, iniciámos a construção de dois edifícios de raiz contíguos à actual sede do Banco. É na mesma perspectiva de melhorar as condições de trabalho que hoje inaugurámos o Posto de Saúde do Banco de Moçambique.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

São enormes os desafios que nos reserva o ano de 2012, tomando em conta os prognósticos de uma conjuntura internacional adversa e incerta. Ainda assim, acreditamos na capacidade das instituições do Governo e dos moçambicanos para encararem os riscos que se vislumbram como oportunidades para maximizar as nossas potencialidades, produzindo mais para suprir as necessidades do mercado interno, diversificando os nossos produtos de exportação e explorando novos mercados e parcerias.

No dia 31 de Janeiro de 2012, vamos assinalar a passagem de 25 anos desde a implementação da primeira medida de reforma das taxas de câmbio em Moçambique, no contexto do Programa de Reabilitação Económica, o PRE, iniciado naquele ano. Vinte e cinco anos depois, temos uma moeda nacional que vem conseguindo granjear respeito entre os agentes económicos e na nossa região, reflectindo o esforço de crescimento económico que temos todos mantido ao longo dos anos. Gostaria de lançar um repto aos quadros do BM e aos estudiosos da nossa economia em geral para que aproveitem esta oportunidade para uma reflexão científica sobre o processo de

ajustamento, o comportamento e o papel da taxa de câmbio em Moçambique.

Ao terminar, quero manifestar o meu apreço aos trabalhadores do Banco de Moçambique e, por vosso intermédio, a todos os trabalhadores do nosso sistema financeiro, pela dedicação e empenho demonstrados ao longo do ano de 2011, e renovar os meus agradecimentos a todos vós, aos agentes económicos, à sociedade em geral e à comunidade internacional. A todos os presentes e suas famílias, desejo Festas Felizes e um Ano Novo próspero.

Convido-vos a acompanharem-me num brinde pela saúde do nosso sistema financeiro, de todos nós e das nossas famílias!

Muito Obrigado.